



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 182 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e parágrafo 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013 - com as alterações promovidas pelos Decretos 8.250/2014 e 8.488/2018 - e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência com a finalidade a formação de Registro de Preços para eventual aquisição de **Empilhadeiras Elétricas e outros equipamentos para manuseio de carga, nas formas especificadas neste Termo de Referência** cujo objetivo será prioritariamente suprir as necessidades do Depósito de Urnas, Seção de Almoxarifado e Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2. DO OBJETO

Formação de registro de preços para eventual aquisição de **duas Empilhadeiras Elétricas - sendo uma por dação em pagamento - e outros equipamentos utilizados para o manuseio de cargas** conforme descritos nos **itens 03 e 04** do subitem 2.1 do capítulo 2 deste termo de referência, com o objetivo de atender às demandas oriundas da Seção de Patrimônio – SEPAT, Seção de Almoxarifado – SEALM e Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas – SEVUE, as quais utilizam no manuseio de materiais e equipamentos no âmbito dos respectivos Almoxarifados e no Depósito de Urnas do TRE/RO.

2.1 DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

Aquisição de **Empilhadeira Elétrica e outros equipamentos**, conforme especificações e quantidades máximas abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT
01	Empilhadeira elétrica (Para este item será utilizada dação em pagamento de uma empilhadeira usada como PARTE DO PAGAMENTO, nos termos do tem 2.4 deste TR). - Capacidade mínima de carga: 1.500 Kg; - Elevação máxima da torre de 5.400 mm ou superior;	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">- Altura da Torre abaixada – inferior a 2.350 mm - Altura da Torre elevada – de 5.400 mm ou superior - Bateria tracionária de no mínimo 24 V x 324 Ah ou superior com autonomia mínima de 6 horas de trabalho; - Alimentação: CC - Corrente Contínua; - Sistema de tração elétrico, com operador a pé; - Acessórios da empilhadeira elétrica:<ul style="list-style-type: none">1. 1 (um) carregador de bateria de no mínimo 24 V x 50 Ah.2. - Comprimento total do conjunto de aproximadamente 2.000 mm;3. - Comprimento útil do garfo de aproximadamente 1.200 mm;4. - Distância entre o eixo da carga e ponta dos garfos mínimo de 350mm e máximo de 355 mm;5. - Distância entre eixos de no mínimo 1.415 mm e máximo de 1.425mm;6. - Freio de serviço eletromagnético;7. - Largura do equipamento com no mínimo 800 mm e no máximo 900 mm;8. - Largura externa do garfo de 680 mm;9. - Peso total do equipamento não superior a 1.500 kg;10.- Capaz de operar em Corredores com largura de 2,70 m, com paletes 1.000 x 1.200 mm;11.- Raio de Giro (Wa) mínimo variando de 1.400 a 1.600 mm;12. - Rodas: Dotada de uma roda de tração e no mínimo duas rodas de carga; revestidas em poliuretano ou similar; rodas de cargas devem ter proteção externa; dotada de sapata de apoio na parte inferior da empilhadeira funcionando como dispositivo de segurança evitando, em certas situações, o tombamento lateral;	
---	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<ul style="list-style-type: none">- Garantia mínima de 6 (seis) meses.- Assistência Técnica em Porto Velho-RO.- MODELO DE REFERÊNCIA: Marca PALETRANS , Modelo 1654	
02	<p>Empilhadeira elétrica</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade mínima de carga: 1.500 Kg;- Elevação máxima da torre de 5.400 mm ou superior;- Altura da Torre abaixada – inferior a 2.350 mm <p>Altura da Torre elevada – de 5.400 mm ou superior</p> <ul style="list-style-type: none">- Bateria tracionária de no mínimo 24 V x 324 Ah ou superior com autonomia mínima de 6 horas de trabalho;- Alimentação: CC - Corrente Contínua;- Sistema de tração elétrico, com operador a pé;- Acessórios da empilhadeira elétrica: <ol style="list-style-type: none">1. 1 (um) carregador de bateria de no mínimo 24 V x 50 Ah.2. - Comprimento total do conjunto de aproximadamente 2.000 mm;3. - Comprimento útil do garfo de aproximadamente 1.200 mm;4. - Distância entre o eixo da carga e ponta dos garfos mínimo de 350mm e máximo de 355 mm;5. - Distância entre eixos de no mínimo 1.415 mm e máximo de 1.425mm;6. - Freio de serviço eletromagnético;7. - Largura do equipamento com no mínimo 800 mm e no m900 mm;8. - Largura externa do garfo de 680 mm;	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>9. - Peso total do equipamento não superior a 1.500 kg;</p> <p>10.– Capaz de operar em Corredores com largura de 2,70 m, com paletes 1.000 x 1.200 mm;</p> <p>11.- Raio de Giro (Wa) mínimo variando de 1.400 a 1.600 mm;</p> <p>12. - Rodas: Dotada de uma roda de tração e no mínimo duas rodas de carga; revestidas em poliuretano ou similar; rodas de cargas devem ter proteção externa; dotada de sapata de apoio na parte inferior da empilhadeira funcionando como dispositivo de segurança evitando, em certas situações, o tombamento lateral;</p> <p>- Garantia mínima de 6 (seis) meses.</p> <p>- Assistência Técnica em Porto Velho-RO.</p> <p>-MODELO DE REFERÊNCIA: Marca PALETRANS , Modelo 1654</p>	
03	<p>Transpalete Manual – Confeccionado em aço, pesando no máximo 80 kg e com acabamento em tinta a pó (epóxi) comando acionador manual, com capacidade mínima de 2.000 kg de carga, comprimento útil do garfo variando entre 1.000 e 1.200mm, largura externa dos garfos de 680mm, comprimento total de aproximadamente 1.550mm, altura dos garfos abaixados e elevados no mínimo de 70mm e 200mm respectivamente, material de rodagem simples em poliuretano ou similar e rolamentos de blindagem dupla, sistema de giro com rolamento axial. Possuir Certificação de Qualidade e Segurança reconhecido pelo INMETRO ou outra empresa credenciada para certificação. Garantia mínima de 6(seis) meses e assistência técnica em Porto Velho/RO.</p> <p>- MODELO DE REFERÊNCIA : Marca PALETRANS, Modelo TM 2220</p>	04
04	<p>Empilhadeira Hidráulica com tração e elevação manual; para movimentar carga com operador em pé, rodas simples em poliuretano ou similar, freio de estacionamento mecânico; capacidade de elevação de carga não inferior a 1.000 kg; peso do equipamento não superior a 260kg; altura máxima com o garfo abaixados de 100mm; largura máxima do equipamento não superior a 80cm; largura externa do garfo de no máximo 0,68m; comprimento total máximo de 1,70m; comprimento útil do garfo não inferior a 1,0m ou superior a 1,50m; elevação dos garfos para</p>	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>operação com a carga máxima não inferior a 1,00m e não superior a 1,70m; altura máxima do equipamento em operação movimentando cargas não superior a 2,10m; Garantia mínima de 6(seis) meses e assistência técnica em Porto Velho.</p> <p>-MODELO DE REFERÊNCIA: Marca PALETRANS , Modelo LM 1016</p>	
--	---	--

2.2. MEDIDAS DE REFERÊNCIA NO DEPÓSITO DE URNAS E ALMOXARIFADOS DA SEALM E SEPAT:

De modo a tornar precisa a aquisição das empilhadeiras, faz-se necessária a indicação das seguintes medidas do espaço onde os equipamentos trabalharão:

- a) Medida do corredor mais estreito e sua localização: Entrada principal do prédio anexo II (Depósitos) medindo 1,70 m;
- b) Altura máxima do Depósito de Urnas: 6,80 m; sendo que as Seções de Almojarifado e Patrimônio possuem altura máxima de 2,60m;
- c) Altura máxima das portas no Depósito de Urnas: 2,40m x 2,60 m(AxL), sendo que as Seção de Almojarifado e Patrimônio possuem portas medindo 2,40m x 1,80m(AxL);

Para comprovação das especificações as licitantes deverão encaminhar *folders*, prospectos e o link do fabricante na internet.

2.3. DAS MARCAS PESQUISADAS:

1. Das empilhadeiras

No mercado há oferta de uma grande variedade de Empilhadeiras Elétricas e dentre elas, algumas que atendem às necessidades deste TRE/RO cumprindo as exigências de especificação propostas, dentre elas as empilhadeiras das marcas PALETRANS, STILL, HYSTER e YALE.

2. Transpaleta Manual ou Paleta

Tendo em vista haver neste Tribunal paletes da marca PALETRANS, dar-se-á preferência a estas, mas outras serão aceitas desde que comprovem a sua capacidade de execução similar a daquela marca mencionada.

2.4. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO - PAGAMENTO PARCIAL DO ITEM 1:

Com respaldo jurídico nas razões do **Acórdão TCU n. 277/03 – Plenário**, para o ITEM 01 deste TR será utilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, como parte do pagamento, a título de Dação em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento, uma empilhadeira elétrica usada - de sua propriedade - modelo EC 16/54, marca ELETRAC, no valor mínimo abaixo indicado:

Item	Descrição Sucinta	Quant	Valor Estimado - R\$
01	Empilhadeira Elétrica , marca ELETRAC, modelo EC 16/54, N°. de Série 201210309, de propriedade do TRE/RO, adquirida no ano de 2013, com 650 horas trabalhadas; operado pelo operador em pé, com propulsão elétrica frente/ ré, alimentação de bateria de 24V/324Ah, timão ergonômico com braço articulado, capacidade nominal de 1.500 Kg, capacidade com garfo elevado de 500kg, acionamento com display digital, carrinho porta bateria. A BATERIA SE ENCONTRA AVARIADA.	01	10.000,00

Este valor foi obtido no mercado através da avaliação feita pelas seguintes empresas, conforme demonstrado no evento [0291122](#):

a) Moura e Silva Serviços Ltda-ME – CNPJ: 13.545.329/0001-80

b) Rondônia Empilhadeiras Com. Rep.Ltda – CNPJ: 07.654.009/0001-65

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA NECESSIDADE

Os equipamentos especificados neste termo de referência destinam-se a atender demandas oriundas da Seção de Patrimônio – SEPAT, Seção de Almoxarifado – SEALM e Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas – SEVUE, unidades que utilizam essas máquinas no manuseio dos materiais e equipamentos adquiridos pelo TRE/RO, os quais são acomodados nos respectivos Almoxarifados e no Depósito de Urnas deste Tribunal.

Atualmente o O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia possui em seu patrimônio 02 (duas) Empilhadeiras Elétricas, sendo uma da marca ELETRAC e outra da marca PALETRANS. A primeira se encontra avariada. A segunda, até o momento, tem suprido as necessidades, embora de forma precária.

Os referidos equipamentos são utilizados diariamente, operando em média 4 (quatro) horas/dia, transportando vários tipos, medidas e pesos de bens de consumo e patrimoniais, salvo, em período eleitoral, quando o volume de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades aumenta consideravelmente, as empilhadeiras são utilizadas de forma bem mais exigentes e contínuas do que no período normal.

A empilhadeira ELETRAC está parada devido a problemas no banco de baterias, problema esse já identificado. Contudo para solucionar, será preciso adquirir novas baterias, as quais custam perto do valor de uma nova empilhadeira, conforme levantamento efetuado. Isto representa um custo elevado para a Instituição, Assim, a solução mais viável do ponto de vista econômico seria a aquisição de nova empilhadeira por conta da garantia, enquanto na outra não se terá uma solução igual.

Desta feita, propõe-se a aquisição de Empilhadeira Elétrica (Item 01) usando como parte do pagamento a Empilhadeira ELETRAC utilizada por este Regional, a título de Dação em Pagamento. Sua avaliação pelo sistema ASIWEB ([0329369](#)) após depreciação é de R\$ 25.460,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais), sua avaliação no mercado local é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ([0291122](#)). Tal diferença, 15.460,00 (quinze mil, quatrocentos e sessenta reais), correspondente a **60,72%** do valor da máquina, sendo a sua recuperabilidade vetada pelo Art. 3º, inciso IV, do Decreto Federal n. 9.373/2018,

As paleteiras existentes estão com alguns problemas e já são alvo de um processo de manutenção que está em andamento. Contudo, apenas a manutenção não será suficiente pois estes equipamentos têm mais uso do que o normal nas dependências dos Almoxarifados e Depósitos de Urnas. Por isso é imperioso efetuar a aquisição de 1 (um) ou mais equipamentos para substituir aqueles que porventura não tenham mais condições de uso diário.

A Empilhadeira manual servirá para atuar nos locais onde a empilhadeira elétrica não possa ser empregada ou mesmo nas viagens para as unidades do interior do Estado, pois os bens são carregados no caminhão na Sede do TRE/RO, mas ao chegar no Interior não se dispõe de equipamento para efetuar a sua DESCARGA.

3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta do Planejamento Anual das Contratações para 2018 e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

3.3. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os Órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria nº. 425/2017, de 07.07.2017.

O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar critérios de sustentabilidade na **aquisição de bens**, tais como:

a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade a ser exigida no presente caso.

Contudo, há normas outras dentro do insipiente microssistema de sustentabilidade ambiental que podem ser aplicadas ao caso em comento, como a Lei nº 12.349 de 15 de dezembro de 2010 passou a indicar, expressamente, que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é uma das finalidades da licitação pública.

Tem-se ainda o Decreto n. 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

Por último, há Instrução Normativa n. 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que ao TRE/RO é um referencial de boa prática administrativa.

De acordo com o art. 1º deste normativo, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, **considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas**”

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Na escala de relevância, esta unidade exigirá o cumprimento do inciso IV, do art. 5º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010. Assim, a licitante deverá apresentar junto com sua proposta a **certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, uma DECLARAÇÃO** de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr (VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Além disso, a **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Considerando que os **itens 01 e 02** são equipados com baterias de médio porte, será exigido o cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma da **Resolução CONAMA n. 401/2008**.

4. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

A unidade pretende formar Registro de Preços, com **previsão de aquisições no 2º semestre de 2018 (se homologado nesse período) e/ ou no 1º semestre de 2019**.

É conveniente para a Administração que o material seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – Não é possível saber se haverá orçamento no 2º semestre de 2018 ou apenas no exercício de 2019. Assim, não é possível definir previamente o quantitativo a ser adquirido pela Administração (art. 3º, IV, do Decreto n. 7.892/2013);

II – O registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, podendo gerar economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado (art. 3º, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013);

III - A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária. Isso implica dizer que a Administração não precisa dispor de recursos financeiros para deflagrar o certame. Por outro lado, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em maior eficiência e celeridade nas atividades administrativas (Art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013).

Acerca do suporte orçamentário para garantir todas as aquisições que compõem o objeto da contratação, registra-se que os constantes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contingenciamentos que vêm sendo impostos a estes Regional, não garantem que os recursos estarão disponíveis quando da finalização do Certame.

Desta maneira, estes óbices serão solucionados pela adoção do registro de preço, posto que a Administração poderá, no decorrer do prazo de validade da ata, emitir os empenhos de acordo com a prioridade de execução e a efetiva disponibilidade orçamentária.

Por outra via, cumpre destacar que, por se tratar de registro de preços, o quantitativo licitado não obriga a Administração a adquirir o quantitativo total de equipamentos registrados na ARP. A aquisição dar-se-á de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Inicialmente pretende-se adquirir o mínimo necessário para atender o 2º semestre de 2018.

Por fim, registre-se que **não há registro de preços vigente ou compromissário** para fornecimento dos materiais permanentes especificados neste TR. E as pesquisas para localizar Atas ARP's que contemplassem o rol de produtos ora pretendidos não se mostraram adequadas a suprir as necessidades deste Regional nos limites orçamentários propostos ao objeto.

4.2. DO REGISTRO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP:

Em atenção ao disposto no Art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Patrimônio manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços, **no prazo de oito dias úteis - seguindo a nova regra trazida pelo Decreto n. 9.488/2018** - eles deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- I – Quantitativo total;
- II – Quantitativo mínimo por aquisição;
- III – Cronograma de aquisição;
- IV – Endereço completo do local de entrega;
- V – Disponibilidade orçamentária;

4.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de utilização por outros órgãos porque o material é de uso difundido nas Entidades Públicas que possuem grandes Almoxarifados ou que tenham estruturas do tipo porta paletes, de modo que a acomodação e deslocamento dos paletes requer o emprego de empilhadeiras, transpaleteiras e outros equipamentos do gênero. Fica, assim, evidenciada a possibilidade de outros Órgãos Públicos aderirem a uma Ata de Registro de Preços a ser lavrada por este Tribunal.

Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (**nova redação do § 4º do art. 4º do Decreto 9.488/2018**).

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (**nova redação do § 4º do art. 4º do Decreto 9.488/2018**).

Ademais, para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

4.4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da (s) Ata (s) de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Para tanto as empresas vencedoras serão comunicadas previamente para enviar a documentação necessária para fazer o cadastro delas no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de modo que o cadastro da empresa vencedora no SEI e o assinatura da RP será feita com a maior brevidade possível.

O retardamento no envio da documentação e para assinar a Ata de RP causará a aplicabilidade de sanções previstas no Capítulo deste Termo de Referência.

4.5. DA MODALIDADE LICITATÓRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de compra de bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto nº 5.450/2005, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço com item único, sob a forma de FORNECIMENTO para a seleção da proposta mais vantajosa para a formação do registro de preços dos equipamentos especificados neste TR.

4.5.1. DO TIPO DE LICITAÇÃO

O tipo de licitação a ser adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**. Por isto, não se faz necessária a junção dos itens em lote único. Sendo suficiente a disputa por itens, na forma indicada neste termo.

4.5.2 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A presente licitação é destinada, exclusivamente, à participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, nos moldes da Lei Complementar nº. 123/2006.

5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

A aceitação das propostas deverá obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:

1. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.
2. As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO** dos objetos ofertados.
3. A similaridade dos equipamentos apresentados pelas empresas participantes consiste em atender às exigências contidas nas especificações dos equipamentos, detalhadas no item 2 deste Termo de referência. **Para comprovação das especificações as licitantes deverão encaminhar folders, prospectos e o link do fabricante na internet.**
4. O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, assinalando prazo de até 01 (uma) hora para o envio, sob pena de recusa da proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. **Para todos os itens:** O licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO** que prestará assistência técnica na praça de Porto Velho no período da garantia mínima ofertada em sua proposta.

6. **Apenas para os itens 01 e 02:** As licitantes deverão apresentar:

I - certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, DECLARAÇÃO de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr (VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

II - DECLARAÇÃO de que cumprirá o disposto no art. 33 da Lei n. 12.305/2010 e na Resolução CONAMA n. 40/2008, quanto à obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada após o uso das baterias guarnecem os equipamentos especificados nos itens 1 e 2.

7. Os equipamentos deverão atender às especificações exigidas, inclusive no que diz respeito à garantia e assistência técnica.

8. **Salvo se expressamente constar na especificação do objeto,** não serão aceitos equipamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondição e ainda os que se apresentarem fora das especificações originais de seus fabricantes.

9. Os equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas exigidas, bem como as informações concernentes ao fabricante ou importadores (voltagem, potência, número de série, razão social, CNPJ, endereço, etc.).

10. O período de garantia **mínima** dos equipamentos é de 6 (seis) meses contados da emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Patrimônio - SEPAT.

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado da presente licitação será de R\$ 85.436,98 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme pesquisa realizada pela SLC (eventos [0337173](#), [0338548](#) e [0338549](#))

Aquisição de **Empilhadeira Elétrica e outros equipamentos**, conforme especificações e quantidades máximas abaixo descritas:

Item	Descrição Sucinta	Preço 01	Preço 02	Preço 03	Preço 04	Preço 05	Valor Médio Estimado	Quant	Valor Estimado
------	-------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------------------	-------	----------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

m									
1	Empilhadeira elétrica com outra em PARTE DO PAGAMENTO, nos termos do item 2.3 do TR. Obs(*): Será usada uma empilhadeira, avaliada em R\$ 10.00,00 do TRE/RO como parte do pagamento da nova.	41.610,26	40.882,18	43.000,00	42.000,00	41.000,00	41.698,49 (-) 10.000,00(*) = 31.698,49	1	31.698,00
2	Empilhadeira Elétrica	41.610,26	40.882,18	43.000,00	42.000,00	41.000,00	41.698,49	1	41.698,49
3	Transpalete Manual	1.869,36	1.718,04	1.722,47	1.894,99	1.895,00	1.819,97	4	7.279,88
4	Empilhadeira Hidráulica com tração e elevação	4.959,25	5.102,66	4.430,00	4.322,42	4.986,25	4.760,12	1	4.760,12

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manual									
VALOR TOTAL ESTIMADO									85.436,98

6.2. Da Classificação Orçamentária

DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO
Orçamento Ordinário 2018/2019 SEPAT - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS - AREA PERMAN - Aquisição máquinas e equip. diversos	

Tratando-se de formação de registro de preços e considerando que a dotação orçamentária está, em parte, pendente de definição no orçamento de 2018, deixa-se de indicá-la nesta oportunidade, entendendo, não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

A presente solicitação deverá ser processada por Registro de Preços, quando ao final do certame, depois de homologada a licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços firmando o compromisso de fornecimento, conforme estabelecido pelo Decreto 7.892/2013. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DOU do extrato da Ata de Registro de Preços.

O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, Lei 10.520/2002, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade consistente na **Certidão Negativa da Fazenda Federal/ Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de dívida com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e a Certidão do CNJ.**

O descumprimento injustificado da Adjudicatária das obrigações estabelecidas neste item implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o inadimplente às penalidades de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei nº 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

8. DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

São obrigações da Administração Pública Contratante:

- a) Requisitar o fornecimento dos equipamentos somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de recursos orçamentários disponíveis;
- b) Efetuar o recebimento provisório dos equipamentos entregues, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Equipamentos emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO;
 - b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.
- c) Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Equipamentos emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO.
 - c.1) Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN 04/2008 deste TRE/RO, para valores acima da modalidade convite, o recebimento definitivo será feito por Comissão designada pelo Presidente do TRE/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Equipamentos emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os equipamentos entregues em que se tenha constatado:

d.1) Equipamentos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência (item 2 deste TR) e na proposta da contratada;

d.2) Equipamentos em embalagem não original do fabricante se for o caso;

d.3) Equipamentos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Equipamentos com período de garantia inferior a 6 (seis) meses;

d.5) Equipamentos sem a confirmação de Assistência Técnica na praça de Porto Velho, Estado de Rondônia;

d.6) Produtos que se apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) **Efetuar o pagamento**, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observado o disposto no 7.3 deste instrumento;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

8.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital e nos seus anexos, na sua proposta de preços e Ata de Registro de Preços, a contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definido neste termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, modelo, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade. Obriga-se a contratada, ainda:

a) Entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho:

a.1) O material solicitado deverá ser entregue no depósito da Seção de Patrimônio- SEPAT, localizada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União– Porto Velho/RO - CEP 76805-859 - Telefone: (69) 3211-2013.

a.2) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h50, podendo haver agendamento, a critério do Chefe de Patrimônio ou de quem suas vezes fizer.

b) substituir, a suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) recolher, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos equipamentos recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos equipamentos que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos equipamentos recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos equipamentos recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de equipamentos, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

d.1) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

e) prestar assistência técnica dos equipamentos na praça de Porto Velho, Estado de Rondônia, durante o prazo de garantia constante de sua proposta;

f) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

g) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O descumprimento **injustificado** das obrigações assumidas com a celebração do contrato, representada pelo recebimento da nota de empenho, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Descumprir o prazo máximo para entrega ou substituição de produto recusado:

a) Até 10 (dez) dias: multa de 1% (um por cento) ao dia, aplicada sobre o valor da Nota de Empenho;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 2% (dois por cento) ao dia - a partir do 11º dia - aplicada sobre o valor da Nota de Empenho, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Descumprir a obrigação de prestar, durante o prazo de garantia ofertado, assistência técnica na praça de Porto Velho, Estado de Rondônia:

a) Primeiro descumprimento: multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor da nota de empenho;

a) Segundo descumprimento: multa de 20% (vinte por cento) apurada sobre o valor da nota de empenho;

a) Terceiro descumprimento: multa de 30% (trinta por cento) apurada sobre o valor da nota de empenho, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III - Descumprir as **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da nota de empenho;

b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 10% (dez por cento) apurada o valor da nota de empenho;

c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) apurada sobre o valor da nota de empenho;, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergencial de terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e, ainda, as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT deste Tribunal, ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

11. DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

I – Pesquisa de preço realizada nos âmbitos governamental e *e-commerce*. ([0337173](#), [0338548](#) e [0338549](#))

II – Pesquisa de Mercado/Avaliação Empilhadeira a ser dada em pagamento ([0291122](#))

III – Relatório de Avaliação ASIWEB ([0329369](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 05 de outubro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ALBERTO SOARES VIDAL, Chefe de Seção**, em 05/10/2018, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001251-64.2018.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Análise final – Pregão eletrônico nº 54/2018 – Licitação com item fracassado – Aquisição de empilhadeiras elétricas e outros equipamentos utilizados para manuseio de cargas.

PARECER JURÍDICO Nº 0378729 / 2018 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela Seção de Patrimônio – SEPAT com intuito de formação de registro de preço para eventual aquisição de duas empilhadeiras elétricas, sendo uma por dação em pagamento, e outros equipamentos utilizado para o manuseio de cargas, para suprir as necessidades desta Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Referência nº 182 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0343060](#)).

02. Após regular tramitação, por meio do Parecer Jurídico nº [0362438](#)/2018-PRES/DG/AJDG, a Assessoria Jurídica aprovou a minuta de edital juntada aos autos ([0360254](#)).

03. Em seguida, o Edital de Pregão Eletrônico nº 054/2018 ([0362800](#)) foi publicado no dia 21 de novembro de 2018, consoante documentos comprobatórios de sua divulgação juntada aos autos pelo evento [0364086](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Houve pedido 4 (quatro) de esclarecimento referente ao processo licitatório, 3 (três) sobre o valor estimado e 1 (um) sobre regra do edital ([0366096](#)), que foram devidamente respondidos ([0364088](#), [0370890](#), [0370892](#), [0366399](#) e [0366512](#)).

05. Ademias, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame, a saber:

a) Relatório de Propostas – comprasnet ([0377116](#));

b) proposta das licitantes ELETRAC SERVIÇOS LTDA. ([0370918](#)), ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA ([0370919](#)), ALLOY COMÉRCIO DE MÁQUINAS E QUIPAMENTOS LTDA ([0370920](#) e [0376698](#));

c) manifestação da unidade demandante sobre as propostas (Informação nº 8977- PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT – [0371482](#) e Informação nº 9395 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT - [0376800](#));

d) documentos de habilitação das empresas ELETRAC SERVIÇOS LTDA. ([0376693](#)) e ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA ([0376696](#));

e) Ata do pregão nº 00054/2018 ([0377110](#));

f) resultado da licitação por fornecedor ([0377117](#));

g) Termo de adjudicação ([0377119](#));

h) comprovação de publicação do resultado da referida licitação no Diário Oficial da União ([0377830](#)).

06. Por fim, veio aos autos o relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0377172](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2018.

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/05.

09. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório da Pregoeira:

I – Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve 4 pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos, conforme item 5 deste parecer.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0377116](#)) e na ata do pregão ([0377110](#)). Não houve recusa de lances.

IV – Fase de negociação/aceitação: O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante dos subitens 5.3 e 5.5 do Relatório do Pregoeiro ([0377172](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

Registra-se que todas as propostas para o item 2 apresentadas pelas licitantes foram superiores aos valores estimados e, na fase de negociação, as interessadas não os reduziram para um montante dentro de preço de mercado razoável. Assim, sendo o pregoeiro desclassificou todas as propostas das licitantes com fulcro no subtópico. 10.1.3 do Edital nº 54/2018 (0362800). Já para o item 4, além da ocorrência desta mesma situação, houve o não envio por uma das licitantes do anexo obrigatório da proposta, exigido pelo Tópico 8 do Edital, ocasionando, também, a desclassificação de todas as propostas. Diante destes fracassos, o pregoeiro optou por nova convocação para negociação e apresentação de propostas condizente com as exigências editalícia, baseando-se no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93.

Sobre este assunto, é importante fazer considerações a seguir. Consoante o comando inserto no art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93, quando todos as propostas apresentadas no certame forem desclassificadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou todos os licitantes forem inabilitados, há a possibilidade de conceder prazo de oito dias para reapresentação da proposta ou documentação de habilitação, corrigidos dos vícios ensejadores da desclassificação ou inabilitação.

É facultada a aplicação subsidiária de tal dispositivo à modalidade pregão com suas devidas adaptações, tendo em vista a previsão do art. 9º da Lei nº 10.520/2002. Significa dizer que não há óbice para Administração optar por outra solução legal, após ao exame da conveniência e oportunidade, pois fato concreto pode indicar ou não a utilização do artigo em comento (*vide* Acórdão TCU nº 429/2013-Plenário).

No Pregão Eletrônico nº 25/2018 realizado anteriormente ([0001050-72.2018.6.22.8000](#)), este Regional entendeu que o ato procedimental descrito não era cabível, pois o sistema SIASG/ Comprasnet, utilizados na operacionalização de seus pregões eletrônicos, não permite a alteração da especificação ou do preço, uma vez aberta as propostas.

Contudo, no caso ventilado, o pregoeiro encontrou um meio alternativo para aplicação da autorização legal mencionada devidamente assentado no chat da Ata do Pregão Eletrônico nº 00054/2018 ([0377110](#)), que não fere a lisura da presente licitação.

V - Cancelados na aceitação: Item 2.

VI - Item deserto: Não houve.

VII – Fase de Habilitação: O Pregoeiro declarou habilitada, para o item 1, a licitante ELETRAC SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 01.755.955/0001-11, e, para os itens 3 e 4, ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ n. 18.166.571/0001-66.

Destaca-se que, nesta fase, o Sistema sinalizou a existência de ocorrência impeditiva indireta para empresa ELETRAC SERVIÇOS. Assim, pregoeiro, após a avaliar as circunstâncias do fato concreto, constatou não haver indícios suficientes de que empresa licitante foi criada com intuito exclusivo de burla da pena administrativa anteriormente aplicada a empresa ELETRAC EMPILHADEIRAS.

VIII – Recursos: Não houve.

10. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Destaca-se que o **item 02 fracassou**, uma vez que as empresas interessadas não aceitaram reduzir o preço da proposta para o valor estimado pela Administração.

12. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ressaltando que a **Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

13. Embora, fracassado esse item na licitação, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0377110](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0377119](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

16. Em arremate, reafirma-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do **item 2** com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ou realizar o **cadastramento do item específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos**. De toda forma, deverá a unidade solicitante – SEPAT - pronunciar-se acerca da conveniência e oportunidade do procedimento que melhor atenda o interesse da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 26/12/2018, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001251-64.2018.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 054/2018 – aquisição de empilhadeiras elétricas – Sistema de Registro de Preços - Homologação.

DESPACHO Nº 7701 / 2018 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela Seção de Patrimônio – SEPAT com intuito de formação de registro de preço para eventual aquisição de duas empilhadeiras elétricas, sendo uma por dação em pagamento, e outros equipamentos utilizado para o manuseio de cargas, para suprir as necessidades desta Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Referência nº 182 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0343060](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0377110](#)); o Resultado por Fornecedor ([0377117](#)); Relatório do Pregoeiro ([0377172](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0377183](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0377830](#)).

Houve pedido 4 (quatro) de esclarecimento referente ao processo licitatório, 3 (três) sobre o valor estimado e 1 (um) sobre regra do edital ([0366096](#)), que foram devidamente respondidos ([0364088](#), [0370890](#), [0370892](#), [0366399](#) e [0366512](#)).

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: CNPJ: 01.755.955/0001-11 - ELETRAC EMPILHADEIRAS LTDA, item 1, valor global R\$ 31.698,00; CNPJ: 18.166.571/0001-66 - ELO COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, itens 03 e 04, valor global R\$ 11.140,1200. O item 2 restou fracassado. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro encerrou a sessão. Valor total do certame R\$ 42.838,12 (quarenta e dois mil oitocentos e trinta e oito reais e doze centavos).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registra-se que todas as propostas para o item 2 apresentadas pelas licitantes foram superiores aos valores estimados e, na fase de negociação, as interessadas não os reduziram para um montante dentro de preço de mercado razoável. Assim, sendo o pregoeiro desclassificou todas as propostas das licitantes com fulcro no subtópico. 10.1.3 do Edital nº 54/2018 (0362800).

Diante deste fracasso, o pregoeiro optou por nova convocação para negociação e apresentação de propostas condizentes com as exigências editalícia, baseando-se no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93. A reabertura do certame foi agendada respeitando o prazo de 8 (oito) dias úteis previsto na Lei de Licitações. No entanto, após reabertura do pregão, as licitantes novamente não aceitaram reduzir o valor das propostas.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([0377119](#)). Em relação ao item 2, opinou pela possibilidade, caso entenda necessário, a Administração optar pela aquisição direta do objeto com base no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, ou realizar o cadastramento do item específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Embora conste registros de item fracassado (02), de forma geral o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0369994](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 54/2018**, consoante Termo de Adjudicação ([0377119](#)).

À SEPAT para se pronunciar acerca da possibilidade de aquisição direta do objeto descrito no item 02, que restou fracassado, nos termos previstos no art. 24, V da Lei n. 8.666/93, caso haja eventual prejuízo na espera de novo certame, observando todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação, salvo justificativa, ou realizar o cadastramento dos lotes específicos no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/12/2018, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

ARP nº. 01/2019

PROCESSO nº. 0001251-64.2018.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 54/2018

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-901, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **ELETRAC SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **01.755.955/0001-11**, com sede Alameda das Itaibas, nº. 176, Bairro Terras de São Carlos, Jundiaí – SP, CEP 13.216-783. Telefone(s): (11) 4523.3890, (11) 4523.3898, (11) 2910.7929 e (11) 97549-1183. E-mail(s): elisabete@eletrac.com.br, gabriel@eletrac.com.br, flavioalbieri@uol.com.br, neste ato representada por **ELISABETE MANACERO BASSO**, brasileira, portadora do RG nº. 9.512.475/SSP-SP, e CPF nº. 865.356.418-72, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Item 01 do Edital. Empilhadeira elétrica (Para este item será utilizada dação em pagamento de uma empilhadeira usada como PARTE DO PAGAMENTO, nos termos do tem 2.4 deste TR). - Capacidade de carga: 1.600 Kg; - Elevação máxima da torre de 5.400 mm ou superior; - Altura da Torre abaixada – inferior a 2.350 mm - Altura da Torre elevada – de 5.400 mm ou superior - Bateria tracionária de 24 V x 324 Ah ou superior com autonomia de 8 horas de trabalho; - Alimentação: CC - Corrente Contínua; - Sistema de tração elétrico, com operador a pé; - Acessórios da empilhadeira elétrica: 1. 1 (um) carregador de bateria de no mínimo 24 V x 50 Ah. 2. - Comprimento total do conjunto de aproximadamente 2.000 mm; 3- Comprimento útil do garfo de aproximadamente 1.200 mm; 4. - Distância entre o eixo da carga e ponta dos garfos mínimo de 350mm e máximo de 355 mm; 5. - Distância entre eixos de no mínimo 1.415 mm e máximo de 1.425mm; 6. - Freio de serviço eletromagnético; 7. - Largura do equipamento com no mínimo 800 mm e no m900 mm; 8. - Largura externa do garfo de 680 mm; 9. - Peso total do equipamento não superior a 1.500 kg; 10. – Capaz de operar em Corredores com largura de 2,70 m, com paletes 1.000 x 1.200 mm; 11. - Raio de Giro (Wa) mínimo variando de 1.400 a 1.600 mm; 12. - Rodas: Dotada de uma roda de tração e no mínimo duas rodas de carga; revestidas em poliuretano ou similar; rodas de cargas devem ter proteção externa; dotada de sapata de apoio na parte inferior da empilhadeira funcionando como dispositivo de segurança evitando, em certas situações, o tombamento lateral; - Garantia mínima de 6 (seis) meses. - Assistência Técnica em Porto	Unid	01	31.698,00	31.698,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Velho-RO. Marca: ELETRAC.				
Valor Total da ARP (R\$)				31.698,00

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. Entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. O material solicitado deverá ser entregue no depósito da Seção de Patrimônio- SEPAT, localizada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União– Porto Velho/RO - CEP 76.805-901 - Telefone: (69) 3211-2013.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações**, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. A Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT deste Tribunal, ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 02 de janeiro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	ELISABETE MANACERO BASSO Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Roberto Cavalcanti CPF: 255.812.87449



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 02/01/2019, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ELISABETE MANACERO BASSO, Usuário Externo**, em 03/01/2019, às 07:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 03/01/2019, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 03/01/2019, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato das Atas de Registro de Preços nº. 01 e 02/2019, decorrente do Pregão Eletrônico TRE-RO 54/2018 - TRE-RO. Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000 - SEI. 1ª) ARP nº. 01/2019 – Adjudicatária: **ELETRAC SERVIÇOS LTDA. CNPJ:01.755.955/0001-11. Objeto: Item 01 do Edital.** Empilhadeira elétrica (Para este item será utilizada dação em pagamento de uma empilhadeira usada como PARTE DO PAGAMENTO, nos termos do tem 2.4 deste TR). - Capacidade de carga: 1.600 Kg; - Elevação máxima da torre de 5.400 mm ou superior; - Altura da Torre abaixada – inferior a 2.350 mm - Altura da Torre elevada – de 5.400 mm ou superior - Bateria tracionária de 24 V x 324 Ah ou superior com autonomia de 8 horas de trabalho; - Alimentação: CC - Corrente Contínua; - Sistema de tração elétrico, com operador a pé; - Acessórios da empilhadeira elétrica: 1. 1 (um) carregador de bateria de no mínimo 24 V x 50 Ah. 2. - Comprimento total do conjunto de aproximadamente 2.000 mm; 3- Comprimento útil do garfo de aproximadamente 1.200 mm; 4. - Distância entre o eixo da carga e ponta dos garfos mínimo de 350mm e máximo de 355 mm; 5. - Distância entre eixos de no mínimo 1.415 mm e máximo de 1.425mm; 6. - Freio de serviço eletromagnético; 7. - Largura do equipamento com no mínimo 800 mm e no m900 mm; 8. - Largura externa do garfo de 680 mm; 9. - Peso total do equipamento não superior a 1.500 kg; 10. – Capaz de operar em Corredores com largura de 2,70 m, com paletes 1.000 x 1.200 mm; 11. - Raio de Giro (Wa) mínimo variando de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.400 a 1.600 mm; 12. - Rodas: Dotada de uma roda de tração e no mínimo duas rodas de carga; revestidas em poliuretano ou similar; rodas de cargas devem ter proteção externa; dotada de sapata de apoio na parte inferior da empilhadeira funcionando como dispositivo de segurança evitando, em certas situações, o tombamento lateral; - Garantia mínima de 6 (seis) meses. - Assistência Técnica em Porto Velho-RO. Marca: ELETRAC. Unid. Quant. 01. Valor Unit. R\$ 31.698,00. Valor total da ARP R\$ 31.698,00. 2ª) ARP nº. 02/2019 – Adjudicatária: **ELO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.** CNPJ: 18.166.571/0001-66. Objeto: **I) Item 03 do Edital.** Transpaleta Manual Confeccionado em aço, pesando no máximo 80 kg e com acabamento em tinta a pó (epóxi) comando acionador manual, com capacidade mínima de 2.000 kg de carga, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos. Marca: Beltools. Unid. Quant. 04. Valor Unit. R\$ 1.595,00. Valor total do Item R\$ 6.380,00. **II) Item 04 do Edital.** Empilhadeira Hidráulica com tração e elevação manual; para movimentar carga com operador em pé, rodas simples em poliuretano ou similar, freio de estacionamento mecânico; capacidade de elevação de carga não inferior a 1.000 kg. Marca: Bremen. Nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos. Unid. Quant. 01. Valor Unit. R\$ 4.760,12. Valor total do item R\$ 4.760,12. Valor total da ARP R\$ 11.140,12. Valor Total das ARP's: R\$ 42.838,12. Vigência das Atas: 12 a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 03/01/2019, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 5, terça-feira, 8 de janeiro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE INFORMÁTICA RETIFICAÇÃO

No Extrato de Inexigibilidade de Licitação publicado no DOU nº 4, Seção 3, de 07/01/2019, no corpo do Extrato, onde se lê: "PAE nº 6054/2018"; leia-se: "PAE nº 8926/2018".

RETIFICAÇÃO

No Resultado do Pregão nº 60/2018, publicado no DOU nº 3, Seção 3, de 04/01/2019, no corpo do Extrato, onde se lê: "Valor unitário do serviço de agenciamento: R\$-100 (cem reais negativos)"; leia-se: "Valor do serviços de agenciamento: 10% (dez por cento de desconto) sobre o volume de vendas".

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 1808314/2018: Contrato 195/18; Contratada: Adapta Soluções Digitais Ltda.; Vigência: 28/12/2018 a 27/6/2019; Objeto: Curso in company Moodle para Desenvolvedores e Administradores; Valor: R\$11.200,00; Classificação: 3390.40.20; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2018NE003272; Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c 13, VI da Lei nº 8.666/93; Signatários: Ana Carolina Silva Costa - Diretora-Geral Substituta pelo TRE-MG e Daniel Neis Araújo - Sócio, pela Contratada; Assinatura: 26/12/2018.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo nº 1400692/2014; 2º TA ao Contrato 152/2014; Contratada: Telemar Norte Leste S.A.; Vigência: 19/11/2019 a 31/10/2019; Objeto: Prorrogação do contrato; Valor: R\$131.650,00; Classificação: 3390.39.58; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2018NE002794; Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Ivanilde Rosa Bezerra - Procuradora e Davi de Oliveira Bertucci - Procurador, pela Contratada; Assinatura: 18/10/2018.

Processo nº 1601573/2016; 3º TA ao Contrato 11/2016; Contratada: Setta Engenharia Ltda.; Vigência: 1/1/2019 a 14/2/2019; Objeto: Acréscimo pontual; Valor: R\$73.848,82; Classificação: 3390.39.16; PT: Não há; NE: Será emitida; Fundamento Legal: Art. 65, I, b e § 1º, da Lei 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Ricardo de Moura Dias, pela Contratada; Assinatura: 27/12/2018.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo nº 1611658/16; 1º TA ao Contrato nº 170/16; Contratada: Missão Comércio e Equipamentos de Segurança Ltda.; Vigência: 15/1/19 a 14/01/21; Objeto: Prorrogação do Contrato; Valor: R\$ 2.694,48; Classificação: 3390.39.77; Fundamento Legal: Art. 57, §4º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Dez do Contrato; Signatários: Adriano Denardi Júnior-Diretor-Geral pelo TRE-MG e Marcelle Souza Tazarella Ferreira, pela Contratada; Assinatura: 18/12/18.

Processo nº 1611838/16; 1º TA ao Contrato 178/16; Contratada: Plumhi Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Vigência: 01/12/18 a 30/11/23; Objeto: Prorrogação do Contrato; Valor: R\$ 1.713.036,81; Classificação: 3390.39.10; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2018NE003015; Fundamento Legal: Art.3º da Lei nº 8.245/91 c/c art. 62, §3º, I, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula 2ª do Contrato e Art. 65, II, "c" da Lei nº 8.666/93; Signatários: Des. Pedro Bernardes de Oliveira-Presidente pelo TRE-MG e Márcio Rodrigues Silva-Sócio, pela Contratada; Assinatura: 27/11/18.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2018

Nº PAD 4923/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: BIOCIENTIFIC LABORATORIOS LTDA. CNPJ da Contratada: 05.153.743/0001-15. Objeto: Prestação de serviços de monitoramento da qualidade do ar nos ambientes climatizados. Valor: R\$ 3.510,00. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 27/12/2018 a 28/08/2019. Data de Assinatura: 27/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2018

Nº PAD 11729/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: CONDOMÍNIO FEDERAL. CNPJ da Contratada: 00.360.305/0001-04. Objeto: Termo de cessão de uso de área de 12,51 m2 do imóvel localizado Rua João Parolin, 224, Parolin, Curitiba - PR, CEP 80.220-290. Valor: SEM VALOR. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 04/12/2018 a 03/12/2023. Data de Assinatura: 04/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2018

Nº PAD 11646/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: DIAMONT TECNOLOGIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA. CNPJ da Contratada: 08.764.993/0001-80. Objeto: Prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico nos Sistemas de Climatização de Precisão com Redundância, instalados no datacenter deste Tribunal. Valor: R\$ 67.449,84. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10520/02. Vigência: 01/01/2019 a 31/12/2020. Data de Assinatura: 28/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018

Nº PAD 10214/2018 - Originário do Contrato 85/2018. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: PREFAC IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA - EPP. CNPJ da Contratada: 03.102.119/0001-63. Objeto: Acréscimo de serviços complementares ao contrato de reforma para eliminação de infiltrações na cobertura do edifício Sede do TRE-PR. Valor: R\$ 17.020,45. Fundamento Legal: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. Vigência: 11/12/2018 a 28/02/2019. Data de Assinatura: 11/12/2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE PREÇOS REGISTRADOS

Procedimento Licitatório nº 53/2018 - Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SEI nº 0002442-58.2018.6.18.8000). Objeto: Formar registro de preços para aquisição de bens de CONSUMO, cuja Ata será encontrada na íntegra, no site www.tre-pi.jus.br. Espécie: Ata nº 63/2018: IMAGINARE BRASIL EQUIPAMENTOS E COMPONENTES EIRELI - CNPJ: 10.563.563/0001-41 - Item 01 (açucareiro, quantidade:79) e Item 07 (mini copo de porcelana / xícara (sem asa) de porcelana, quantidade: 50) - Valor Total: R\$ 4.493,30 (quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta centavos).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs 01 e 02/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 54/2018. Processo 0001251-64.2018.6.22.8000. 1º) ARP 01/2019 - Adjudicatária: ELETRAC SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 01.755.955/0001-11. I) Item 01 do Edital. Quant.: 01. Vlr. Unit.: R\$ 31.698,00; 2º) ARP 02/2019 - Adjudicatária: ELO COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ: 18.666.571/0001-66. I) Item 03 do Edital. Quant.: 04. Vlr. Unit.: R\$ 1.595,00. II) Item 04 do Edital. Quant.: 01. Vlr. Unit.: R\$ 4.760,12. Total da ARP R\$ 11.140,12. Valor Total das ARPs: R\$ 42.838,12. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, em 02.01.2019 e pelos representantes das empresas, em datas diversas.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: P M DOS SANTOS EIRELI - ME- ME (GRUPO MAROK), CNPJ: 24.754.041/0001-31. Objeto 1) Curva longa de 3/4 para eletroduto. Quant.: 100; Vlr. Unit.: R\$ 1,74; 2) Eletroduto pvc rígido 20mm. Quant.: 300; Vlr. Unit.: R\$ 1,69; 3) Eletroduto pvc rígido 40mm. Quant.: 100; Vlr. Unit.: R\$ 10,30; 4) Eletroduto pvc rígido 50mm. Quant.: 135; Vlr. Unit.: R\$ 13,26; 5) Lâmpada fluorescente compacta 25w. Quant.: 15; Vlr. Unit.: R\$ 8,98; 6) Lâmpada fluorescente compacta 59w. Quant.: 30; Vlr. Unit.: R\$ 37,97; 7) Lâmpada fluorescente t5 14watts. Quant.: 4.000; Vlr. Unit.: R\$ 5,87; 8) Luva para eletroduto de 20. Quant.: 100; Vlr. Unit.: R\$ 0,35; 9) Luva para eletroduto de 25. Quant.: 100; Vlr. Unit.: R\$ 0,42; 10) Luva para eletroduto de 40. Quant.: 150; Vlr. Unit.: R\$ 0,70; 11) Luva para eletroduto de 50. Quant.: 100; Vlr. Unit.: R\$ 1,91; 12) Rele térmico 30 amperes. Quant.: 5; Vlr. Unit.: R\$ 89,60; 13) Soquete de pressão para lâmpada fluorescente t5 soquete g5. Quant.: 400; Vlr. Unit.: R\$ 0,65; 14) Minuteria eletrônica coletiva 110/220V. Quant.: 5; Vlr. Unit.: R\$ 18,90; 15) Reator eletrônico de partida instantânea digital 2x14 t5. Quant.: 1.000; Vlr. Unit.: R\$ 28,00. Total da NE: R\$ 58.330,40. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa: 33.90.30.26. Nota de Empenho: 1442, de 21/12/18. Fundamento: artigo 24, V, da Lei 8.666/93. Justificativa: Necessidade de aquisição de materiais elétricos para a manutenção do ambiente laboral. declaração de Dispensa em 19/12/18, Parecer Jurídico 0377519/AUDG, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificação a Dispensa de Licitação em 20/12/18, Despacho 7583/GABDG, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF 475.106.849-00, Diretora-Geral. Processo 0002526-48.2018.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 128/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para confecção e fornecimento de coletes
O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagrou-se vencedora a licitante M.A. WORK EIRELI-EPP para o item único.
São Paulo, 4 de janeiro de 2018.

RICARDO MENDONÇA FALCÃO
Pregoeiro

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA
Equipe de Apoio

(SIDE - 07/01/2019) 070018-00001-2019NE000104

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: Não se aplica - COMODANTE: NOVA GALLERIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 17.643.326/0001-30 - OBJETO: Utilização da Loja AS16B/AS23, com área de 204 m², na Alameda de Serviços do Shopping Center Galleria, localizado na Avenida Selma Parada Baillarina, nº 505 - Jardim Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13091-605, visando à instalação, pelo COMODATÁRIO, de Posto de Atendimento Biométrico para cadastramento dos eleitores de Campinas/SP. - FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.406/2002 - VIGÊNCIA: 23/02/2018 a 31/05/2018 - DATA DE ASSINATURA: 15/02/2018. - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Carla Oliveira, Controller, e Francisco Finocchiaro, Gerente Geral, pela contratada.

EXTRATO DE DISTRATO

Processo: Não se aplica - COMODANTE: NOVA GALLERIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 17.643.326/0001-30 - OBJETO: Extinguir, de comum acordo, a partir de 26/02/2018, o contrato de comodato da área privativa real de 109 m², nº L08, do piso inferior do Shopping Center Galleria, localizado na Avenida Selma Parada Baillarina, nº 505 - Jardim Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13091-605. - FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.406/2002 - VIGÊNCIA: 23/11/2016 a 31/05/2018 - DATA DE ASSINATURA: 15/02/2018. - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Carla Oliveira, Controller, e Francisco Finocchiaro, Gerente Geral, pela contratada.

DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Tem o presente a finalidade de notificar a empresa METALÚRGICA UNICORTE EIRELI-ME, CNPJ nº 21.895.018/0001-79, na pessoa de seu representante legal, o Senhor LUCAS FERNAN PIASSA, CPF 072.412.319-96, que se encontra em local incerto e não sabido, com fulcro no artigo 126, inciso XIII, do Regulamento Interno da Secretaria, afasto a pretensão punitiva da Administração quanto à pena de impedimento, porém, com lastro na cláusula XXV, subitem 2.3.3, do instrumento convocatório, e no artigo 87, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, aplico à empresa METALÚRGICA UNICORTE EIRELI-ME a multa compensatória de R\$ 5.818,00 (cinco mil, oitocentos e dezoito reais), correspondente a 10% do valor total do pacto, por inobservância do subitem 1.3 da cláusula XVII do Edital do Pregão Eletrônico Federal nº 74/2017, nos termos da representação instaurada no processo PAD 4433/2017. O pagamento da multa deverá ser efetuado no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a contar do recebimento da presente notificação, consoante art. 2º, § 2º da Lei nº 10.522/2002, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, bem como no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN. A Guia de Recolhimento da União - GRU, deverá ser retirada, mediante prévio agendamento, na Rua Francisca Miquelina, 123, Prédio brigadeiro, 10 andar, sala 1007 - Bela Vista, São Paulo/SP, das 12:00 às 19:00 horas, e/ou deverá ser solicitada pelo endereço eletrônico sceec@tre-sp.jus.br.

São Paulo, 7 de janeiro de 2019.
ALESSANDRO DINTOF
Secretário



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019010800134

